

CAPITULO 2. FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

2.1. A Presença das Mulheres

A pobreza é feminina mesmo com todas as mudanças ocorridas dentro do sistema capitalista, agora com uma metamorfose neoliberal, e de todo desenvolvimento alcançado com as inovações tecnológicas. O quadro da divisão social e sexual do trabalho permanece como estrutura para alguns segmentos populacionais, em que a diferença dos papéis sexuais e de classes, tanto na macro quanto na micro estrutura de poder, perpetua e reproduz as desigualdades de oportunidades e de crescimento da sociedade como um todo.

Neste estudo é importante compreender o envolvimento feminino no mundo do trabalho desde o processo de reestruturação produtiva, especialmente no período que se inicia a partir da crise do taylorismo/fordismo.

Segundo Hirata (2002) as teorias da segmentação ou do mercado dual e a do exército industrial de reserva foram as duas teorias econômicas que propuseram explicações sobre as diferenças de comportamento dos homens e mulheres diante do emprego e do trabalho, a partir das quais algumas pesquisadoras trabalharam desde a década de 70, sobre a divisão sexual do emprego. Algumas correntes sociológicas propuseram uma abordagem não contraditória em termos de segregação sexual dos postos e profissões. Outras autoras analisaram a divisão sexual em termos de uma construção social das diferenças entre homens e mulheres. Em História, a análise da divisão sexual do trabalho surgiu no debate sobre história das mulheres / história da relação entre homens e mulheres, práticas sociais e discursos e representações. A partir de 1973 acentuou-se a transformação nos modos de produção desencadeada pela substituição do padrão produtivo baseado no taylorismo/fordismo pelo que a literatura tem denominado toyotismo, ou ainda aquilo que segundo David Harvey denominou como “acumulação flexível”.

Ao longo dos anos 80 e 90, dentro deste contexto neoliberal, o capitalismo transfigura-se e se expande, primeiro no primeiro mundo (Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha), e logo se alastra a vários países em

diferentes continentes, quando, passa a intensificar-se a crítica ao Estado do bem-estar social e aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora. Houve também um claro processo de dismantelamento dos direitos dos (as) trabalhadores (as), os quais, desde então, vêm passando por um sintoma progressivo de "flexibilização" do trabalho, um crescimento brutal das atividades autônomas, informalização (desvalorização da carteira profissional) e uma conseqüente perda das conquistas trabalhistas até então conquistadas. Um retorno desde 1970 do interesse pelo papel dos pequenos negócios, e de atividades informais de várias naturezas pela redescoberta de um trabalho duro e não bem compensado.

Segundo Antunes (1999) A chamada crise do taylorismo/fordismo traz, em seu significado maior, uma crise estrutural do capital, e uma transformação radical no modo de operação do capitalismo, onde a tendência decrescente da taxa de lucro era evidente . O autor, ainda afirma, que a resposta do capital levou à reorganização do capital e de sua ideologia e política de dominação. O exemplo mais evidente dessa resposta é o aparecimento do neoliberalismo, que se caracteriza pelas privatizações do Estado, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e *“a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher/Reagan foi à demonstração mais evidente”*.

A lógica da flexibilização nesta reestruturação produtiva do capitalismo, juntamente com o neoliberalismo, estabeleceu relações com o crescimento do emprego das mulheres, mas ao mesmo tempo, aumentou a base social de empreendedimentismo, paternalismo e privatismo. Por exemplo: o trabalho terceirizado, freqüentemente possibilita a concretitude de tarefas a domicílio, permitindo o trabalho produtivo no espaço doméstico. Os empresários são favorecidos, por não terem necessidade de pagar os benefícios sociais e os direitos vinculados ao trabalho de homens ou de mulheres. Esses direitos vêm afetando até mesmo os trabalhadores formais (com carteira assinada), pois estão sendo ameaçados, como bem demonstra a discussão política a respeito da flexibilização da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) nos últimos anos no Brasil.

Portanto, a crise estrutural do capitalismo e, em particular, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista e fordista, bem como a reestruturação produtiva do capital e o advento do neoliberalismo, mudaram significativamente o mundo do trabalho. A desvalorização da força de trabalho sempre foi a resposta dos capitalistas as quedas dos lucros. Tais mudanças fizeram crescer a precarização e a informalidade do trabalho, como lembram Hirata e Doaré:

(...) assiste-se a uma dupla transformação paradoxal do trabalho, porque ela parece ir em sentido oposto: de um lado, a implicação do sujeito no processo de trabalho e, de outro, a precarização do emprego, com o desenvolvimento de formas flexíveis do trabalho e o crescimento do desemprego. Este último movimento é grande e globalizado, e parece dizer respeito às mulheres, em primeiro lugar, enquanto a implicação requerida pelos novos modelos de organização do trabalho parece dizer respeito tendencialmente aos assalariados do sexo masculino das grandes empresas industriais dos países do Norte (1999, p. 10).

O modelo político do neoliberalismo estimula a globalização, com:

(...) a liberação das trocas comerciais, com a desregulamentação, a abertura dos mercados e novas lógicas de desenvolvimento das firmas multinacionais, com privatizações, desenvolvimento da subcontratação e da terceirização da produção. Estas novas características apresentadas pela política neoliberal têm enormes conseqüências na divisão sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo. (HIRATA, 1999, p. 143).

Ainda segundo Hirata, nos anos 90 a mundialização do capital acarretou efeitos contraditórios, e afetou desigualmente o emprego feminino e o masculino. Em relação ao emprego masculino, a autora afirma ter havido uma regressão e/ou estagnação. Já o emprego e o trabalho feminino remunerado cresceram juntamente com sistemas de produção artesanais, paternalistas e patriarcais. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento da inserção da mulher trabalhadora, tanto nos espaços formal quanto informal do mercado de trabalho, ele se traduz majoritariamente, nas áreas onde predominam os empregos precários e vulneráveis, “*como tem sido o caso na Ásia, Europa e América Latina*” (Idem, p.143).

Este quadro possibilita uma reflexão mais apurada sobre o papel feminino e sua atuação no mundo do trabalho, caracterizado por uma flexibilização mais acentuada, como, por exemplo, o trabalho em tempo parcial (realizado em sua grande maioria por mulheres). A precarização no trabalho é também um fator relevante, visto que as trabalhadoras são menos protegidas tanto pela legislação do trabalho quanto pelas organizações sindicais. Há ainda um outro papel reservado à mulher trabalhadora: o papel a que Helena Hirata atribui o sentido de um *experimento*. A autora afirma que as mulheres trabalhadoras são utilizadas pelo capital como instrumentos para dismantelar ainda mais as normas de emprego dominantes, levando a uma precarização ainda maior para o conjunto da classe trabalhadora, incluindo o contingente masculino (Idem, p. 144. Ver também Hirata, 1999).

Ainda que, em termos relativos, tenha ocorrido oscilação na participação da força de trabalho feminina, a crise no mundo do trabalho se acentuou, acarretando, entre outras conseqüências, o aumento do desemprego.

Esta conjuntura foi conseqüência da enorme investida neoliberal que, a partir dos anos 80/90, atingiu toda a América Latina, especialmente o Brasil.

Além disso, existe a conotação de que o trabalho e o salário feminino são complementares, no que tange às necessidades de subsistência familiar. Embora saibamos que hoje, para algumas famílias, essa premissa não é mais verdadeira, pois o valor “*“complementar” do salário feminino é freqüentemente imprescindível para o equilíbrio do orçamento familiar, especialmente no universo das classes trabalhadoras*”. (Idem, p. 08). Por isso, ao mesmo tempo em que se deu um enorme avanço da presença feminina no mundo do trabalho, esse avanço foi marcado por uma precarização evidente.

A análise que assumo também recusa a falsa dicotomia que freqüentemente tem sido estabelecida entre gênero e classe. Ao contrário, essas categorias só podem ser deveras compreendidas, quando analisadas de modo inter-relacionado. A análise de Saffioti (1997), corrobora esta afirmação ao acrescentar que, na sociedade capitalista, ocorre:

(...) a existência de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça / etnia e a de classe social. Não se trata, porém, de

três identidades autônomas, em virtude, justamente, de estarem atados os antagonismos que lhes dão origem. Cabe mencionar, a propósito, que operárias costumam identificar-se como “mulheres trabalhadoras”, explicitando duas dimensões importantes de sua identidade: 1) o gênero, definidor da heterogeneidade da classe ou fração de classe sociais a que pertencem, diferenciação interna fortemente marcada por práticas sociais e políticas das mulheres, notadamente distintas das dos homens; 2) a ocupação, que reflete o tipo de inserção das mulheres na estrutura de classes. (Saffioti, 1997, p.63-64)

Essa síntese possibilita afirmar que, na ação que busca a emancipação do gênero humano, há uma inter-relação entre as trabalhadoras e os trabalhadores. Esse processo tem no capital e em seu sistema de metabolismo social a fonte da subordinação e alienação. E a luta contra esse sistema de metabolismo social é, ao mesmo tempo, uma ação da classe trabalhadora contra o capital e sua dominação (ação esta que pertence ao conjunto da classe trabalhadora), mas é também uma luta feminina contra as mais diferenciadas formas de opressão masculina (ANTUNES, 1999, p.110).

Como se vê, o capitalismo, ao mesmo tempo em que cria condições para a emancipação feminina, acentua a sua exploração ao estabelecer uma relação aparentemente “harmônica” entre precarização e mulher, criando formas diferenciadas de extração do trabalho excedente. Quando se toma o trabalho em seu sentido ontológico, se pode ver que ele possibilita um salto efetivo no longo processo da emancipação feminina. E, na medida em que a mulher se torna assalariada, ela tem também a possibilidade de lutar pela conquista da sua emancipação, pois se torna parte integrante do conjunto da classe trabalhadora.

Neste sentido, questões se unem em torno da necessária emancipação feminina articuladamente com o processo de emancipação geral da sociedade. Como faz lembrar Mészáros (2002), as promessas não cumpridas e impossíveis de serem realizadas pelo sistema do capital, transformam a grandiosa causa da emancipação feminina numa impossibilidade dentro do domínio do capital. Portanto, não há nenhuma outra forma de se alcançar a emancipação da mulher, *“que veio à tona há muito tempo, mas adquiriu urgência num período da*

história que coincidiu com a crise estrutural do capital”, sem que ocorra uma metamorfose substantiva nas relações estabelecidas de desigualdade social.

E complementa o autor, afirmando que se deve:

(...) enfrentar não apenas a exigência de emancipação feminina, mas também suas associações inerentes relativas à necessária emancipação dos seres humanos em geral tanto em termos estritos de classes nos países de capitalismo avançado, como nas perversas relações destes com as massas ultra-exploradas do chamado “Terceiro Mundo” do domínio do capital, que sempre se afirma como sistema incuravelmente hierárquico de dominação e subordinação. Assim, de forma paradoxal e inesperada (pois a “classe” das mulheres atravessa todos os limites de classes sociais), a emancipação feminina comprova ser o “calcanhar de Aquiles” do capital: ao demonstrar a total incompatibilidade de uma verdadeira igualdade com o sistema do capital nas situações históricas em que essa questão não desaparece, não pode ser reprimida com violência (ao contrário do que acontecia com a militância de classes no passado) nem esvaziada de seu conteúdo e 'realizada' na forma de critérios formais vazios (MÉSZÁROS, 2002, p. 224).

Isso recoloca a interconexão básica entre gênero e classe, especialmente quando a perspectiva é a da emancipação humana ou social. Neste sentido, cabe lembrar que o processo de emancipação feminina não se resume unicamente nas suas relações diretas com o capital, no espaço produtivo, mas também nas especificidades das suas funções reprodutivas. E, ainda segundo o autor:

A verdadeira igualdade dentro da família só seria viável se pudesse reverberar por todo o “macrocosmo” social o que, evidentemente, não é possível. Esta é a razão fundamental pela qual o tipo de família dominante deve estar estruturado de maneira apropriadamente autoritária e hierárquica. Deixando de se adaptar aos imperativos estruturais gerais do modo de controle estabelecido conseguindo afirmar-se nos ubíquos 'microcosmos' da sociedade, na validade e no poder de auto-realização dos intercâmbios humanos baseados na verdadeira igualdade, a família estaria em direta contradição ao ethos e às exigências humanas e materiais necessárias para assegurar a estabilidade do sistema hierárquico de produção e de reprodução social do capital, prejudicando as condições de sua própria sobrevivência (MÉSZÁROS, 2002, p.271).

Uma relação de igualdade substancial no espaço reprodutivo (como no espaço produtivo) não é do interesse e, nem tão pouco, faz parte da lógica do capital, que no máximo “permite” uma relação de igualdade apenas formal.

Tudo isso evidencia que o capital se opõe frontalmente ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher.

Ao mesmo tempo em que o ingresso da mulher no mundo do trabalho é um avanço limitado no seu processo emancipatório, está cada vez mais comprometido, na medida em que o capital tem incorporado o trabalho feminino, especialmente nos estratos assalariados industriais e de serviços, de modo crescentemente precarizado, informalizado, sob o regime do trabalho *part-time*, temporário, etc., preservando o fosso existente, dentro da classe trabalhadora, entre o contingente masculino e feminino. Assim, o processo de feminização do trabalho tem um claro sentido contraditório, marcado pela positividade do ingresso da mulher no mundo do trabalho e pela negatividade da precarização, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração do trabalho. Enfim, é nessa dialética que a feminização do trabalho, ao mesmo tempo, emancipa, ainda que de modo parcial, e precariza de modo acentuado. Oscilando, portanto, entre a emancipação e a precarização, mas buscando ainda caminhar da precarização para a emancipação.

A condição da pobreza urbana no Brasil também se associa a determinadas estruturas familiares e a determinadas etapas do ciclo vital das famílias: casais jovens com filhos, idosos vivendo sós, domicílios plurifamiliares e, sobretudo, mulheres jovens, sem conjugue e com filhos pequenos têm maiores probabilidades de serem pobres ou indigentes do que a média urbana.

A família continua sendo o solo mais fértil para a perpetuação dos papéis de gênero e de toda reprodução social. A família, enquanto micro célula da sociedade, tece uma teia de padrões de comportamento e de sobrevivência que

mantém uma hierarquia complexa e assimétrica entre homens e homens, entre mulheres e mulheres e entre homens e mulheres. A meu ver, as mulheres de baixa renda são as mais prejudicadas na luta pela sobrevivência, pois pela extrema vulnerabilidade sofrem ainda mais com estas relações desiguais, precisando se submeter a formas ultrajantes de vida e a qualquer tipo de trabalho.

O caso mais típico de precarização do trabalho no Brasil é o das mulheres que trabalham em casas de família: são as “empregadas domésticas”, que trabalham, muitas vezes, por um prato de comida e por um lugar quente para dormir. Estas mulheres trabalham para outras mulheres e são subjugadas muitas vezes. O patriarcalismo é uma ideologia introjetada nos sujeitos, independente do gênero.

São principalmente as mulheres com níveis de escolaridade mais baixos as que não possuem meios eficazes para romperem o ciclo da pobreza. A desinformação, a insegurança, o isolamento e a falta de acesso ao poder público as tornam semi-amorçadas e vítimas de um sistema perverso e excludente. Geralmente são mulheres com muitos filhos, sem um progenitor que as ajude com o orçamento doméstico, com os cuidados dos filhos e da casa. Foram criadas em ambientes com poucas oportunidades de gerenciamento de suas vidas.

Demo (2001), em seu Artigo Exclusão Social – Nova e Velhas Formas, pretendeu cooperar na discussão dos rumos e perfis da exclusão social no Brasil no contexto da globalização. Para ele é preciso rever radicalmente as políticas sociais que já se tornaram obsoletas.

Em termos estruturais, a exclusão é vista como parte integrante de toda a manifestação histórica humana, variando sempre sua expressão cultural. Os modos de excluir são diferentes em cada contexto histórico, ora prevalecendo critérios discriminatórios de mercado, ora simbólicos, ora de gênero, todos com raiz política. (DEMO, 2001, p.9).

Chega-se ao século XXI com cerca de 60 milhões de brasileiros no grupo de pessoas pobres. Para esse estrato da população, o estabelecimento de políticas emergenciais compensatórias é uma estratégia necessária de superação,

mas também de freio à onda crescente de degradação a que está submetida. Concordam quase todos em assinalar que se trata de um direito inalienável de todo o ser humano a igualdade e justiça para todos. Isto compreende o direito à alimentação, à habitação, a uma atenção adequada à saúde, a trabalhar, à educação, ao lazer, a viver em um meio ambiente saudável e a desfrutar dos benefícios da cultura. As teorias políticas feministas concordam, e acrescentam que um sistema econômico que não promove a justiça social e a igualdade para todos os povos não pode ser considerado sustentável.

O crescimento econômico por si só não vem sendo garantia de desenvolvimento social, como se pensava antes. Pelo contrário, vem sendo fonte de aumento da pobreza e de desigualdade na distribuição de renda, interna e externamente. O desenvolvimento sustentado deve basear-se no combate a todas as formas de discriminação: de sexo, gênero ou orientação sexual; de cor, raça ou etnia; de credo, de idade, de nacionalidade. No Brasil, o debate em torno da exclusão social feminina e sua solução tem relação direta com a pobreza econômica, política e cultural, com o emprego produtivo e a integração social, na medida em que suas conseqüências afetam como um todo a atividade civil: as empresas, o governo e sociedade.

Segundo Demo (2003), em seu livro *A Pobreza da Pobreza*, “*Como a razão humana, a politicidade detém o signo do sujeito, não como soberania do ser humano sobre todos os outros seres, mas como habilidade de se constituir, capaz de conduzir, até certo ponto, sua história ou de fazer a própria história.*” (DEMO, 2003, p.18 -19).

A pobreza, antes de ser econômica, é uma pobreza política. A política é e sempre será a estratégia de poder. “*Entende-se por politicidade a habilidade humana de saber pensar e intervir, no sentido de atingir níveis crescentes de autonomia individual e coletiva, que permitem conduzir história própria e mesmo imaginar inovações no processo natural evolucionário*” (DEMO, 2003, p.30).

Demo sugere que a vida convoca o sujeito na medida em que este se apresenta como capaz de criar sua história, recorrendo para tanto à habilidade de manejar informação e conhecimento em níveis evoluídos. Para ele:

O ser humano não só fabrica oportunidades como também, constitui-se como uma oportunidade, enquanto se organiza enquanto sujeito, negando ser reduzido a objeto, quer e pode participar (DEMO, 2003, p. 31).

Não há natureza humana pronta, o ser humano é dever e sua individualidade dá-se na relação com o social que se constrói no tempo e no espaço, o ser humano é um processo que se revela em seus atos.

Por muito tempo, as mulheres foram vistas e tratadas de forma desigual frente aos homens, submetidas a normas e regras que as subjugavam, reduzindo-as a um lugar comum, sem liberdade e sem direitos. O lugar da mulher e do escravo era um só: obedecer e ser conduzido por alguém que lhes “protegesse”. Suportavam o comando de seus pais para logo adiante passarem para o comando dos seus maridos e senhores de direito, como objetos de troca e de favores.

Os papéis da mulher face à família e à sociedade no que tange às relações de poder foram e são representadas através das relações sociais de renúncias. E elas nos ajudam a clarear o conhecimento dos padrões pré-estabelecidos que se repetem, quase sempre justificados por uma funcionalidade determinante (econômica), que ordena e as mantém aprisionadas, caladas e oprimidas por antigos valores circunscritos pelas sociedades. São conceitos e verdades enquanto tais. São representações do feminino, da imagem feminina, representações de dominação, de opressão, aleijamento do sexo encarado como sexo frágil e “inferior”. Sendo considerada “naturalmente” fraca, a mulher deveria ser física e moralmente protegida pelo homem, “naturalmente” forte.

Os conceitos de mulher, esposa e mãe vão muito além dos casos particulares: são maneiras de ser, sentir e viver que contém em si germes de significados, de uma clara ordenação social prescrita, e de uma divisão social

permeada pelas desigualdades, exploração e desrespeito estabelecidos e institucionalizada pelo *status quo*.

São lugares construídos, e constituídos socialmente. São legitimados pela ordem dos espaços instituídos: o governo, a escola, a família e a igreja. São repetições de padrões que surgiram há séculos e que vão se transmutando com novas roupagens, novas linguagens, em consequência do desenvolvimento tecnológico mais eficiente, mas a ideologia patriarcal e a essência da dominação ainda continuam até os dias de hoje.

2.2. Feminismos – Mulheres Fazendo a História

A partir do livro “A Revolução das Mulheres” (1992), de Moema Toscano e Mirian Goldemberg, explanarei uma breve leitura com o objetivo de levantar alguns dados históricos sobre a questão da mulher, como a importância dos movimentos feministas e o papel das mulheres nos grandes acontecimentos da história, tanto na Europa quanto no Brasil.

Quando se aborda a questão da mulher se pensa em um discurso repetitivo e cansativo. A intenção para a autora não é a de endeusar as mulheres, muito menos de crucificá-las ou estigmatizá-las por seus feitos ao longo da história. A intenção é localizar o seu lugar dentre os acontecimentos marcantes de toda a sociedade, seja na política ou nos grandes marcos históricos. Os movimentos feministas, que tem sua origem na Europa Ocidental, se concretizam e tomam forma a partir do século XVIII. Este marco não significa que não existissem desagrados diversos anteriormente, por parte das mulheres em relação aos homens. O feminismo incorpora um cunho reivindicatório ao unir-se a alguns partidos políticos ganhando assim força.

Com a expansão do capitalismo e a Revolução Francesa surgem os “partidos de esquerda” e é justamente neles que as mulheres encontram espaço para as suas aparições. Os partidos precisavam de mais cooperadores e as mulheres precisavam de um espaço para manifestar as suas vozes, como por exemplo, o direito ao voto.

Neste sentido, percebe-se que alguns homens engajaram-se, ou pelo menos, foram solidários à idéia da importância do lugar da mulher como agente

de mudanças necessárias para a sociedade. Seriam estes os grandes descritores das questões sociais da sua época, muito bem lembrados, como Condorcet, Voltaire, e Montesquieu, dentre outros.

Muitas mulheres de diversas classes sociais e idades tiveram uma participação ativa na Revolução Francesa. Com essa participação, se registra, entre outras coisas, a instauração do casamento civil e a legislação do divórcio. Dando um salto no tempo, nota-se que durante a Primeira Guerra Mundial há registros que muitas mulheres lutaram juntamente com os homens achando que se equiparando a eles, teriam os mesmos direitos que estes, já que cumpriam com os mesmos deveres. Mas no fim da guerra, as mulheres tiveram que recuar às teses conservadoras, entre elas a de que, “lugar de mulher é no lar”.

Pode-se dizer que, dentre suas buscas, o direito ao voto sempre foi à questão primordial para as mulheres. No entanto somente em 1928, o Parlamento inglês outorgou o direito ao voto a todas as mulheres, “*em igualdade de condição com os homens*”.

A partir do episódio, esta data foi incorporada apenas por alguns países Europeus, e somente em “1975, a ONU incluiu o dia oito de março em seu calendário oficial de comemorações”.

Sendo assim, a articulação entre a representação das mulheres e os aspectos históricos, econômicos e sociais atravessa um caminho que permite contextualizar a produção e a reprodução das relações de gênero nas articulações entre a prática e a teoria, como elementos importantes da mesma conjectura nas análises da percepção do real e de seus efeitos nas ações executadas de transformação do social.

A desnaturalização da subordinação da mulher, situando de forma clara a gênese num processo gerado nas e pelas relações sociais, nos oferece elementos para pensar a dimensão dos conflitos sociais. É, portanto, através de várias clivagens, que o conceito de alienação surge como uma contribuição importante para entender que o trabalho torna-se coisificado e exterior aos indivíduos assim como a divisão de trabalho entre homens e mulheres.

Segundo Marques (2006) , a Revolução de 1917 e a formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas trouxeram êxito às buscas do movimento feminista, porém estas conquistas não tiveram um prazer duradouro. Com Lênin e Stalin, houve um anacronismo para o movimento feminista, pois em 1926 foi aprovado e instaurado por Stalin o Novo Código da Família, revogando todas as conquistas alcançadas pelo Código da Família de 1917 .

Nos dias atuais, o 8 de março, é identificado como o Dia Internacional da Mulher, é bastante comemorado, no entanto não se tem o hábito de examinar o sentido desta data. Inicialmente chamava-se “Dia Internacional da Mulher Trabalhadora”, tendo isso sido proposto em 1910, na “Conferência Internacional da Mulher Socialista”. O dia foi escolhido em homenagem às operárias de uma fábrica que, no dia oito de março de 1857, fizeram uma manifestação contra as más condições de trabalho e redução da carga horária, ocupando as instalações da indústria. Os patrões contrariados fecharam as portas da fábrica e atearam fogo na mesma. Como resultado desta atitude 129 mulheres foram queimadas vivas.

No Brasil, inicialmente, a moda foi copiar na questão da mulher, o modelo do Movimento Feminista Europeu para em seguida ser ajustado para incorporar os aspectos e os simbolismos brasileiros, como a escravidão, a tardia emancipação do centro de dominação, o modelo fundiário imposto pelo colonizador português e a influência da Igreja Católica como força política e instrumento de controle social.

A questão social no Brasil é pensada a partir da industrialização, vinculada à luta de classes, embora suas contradições se fizessem presentes desde a época escravocrata. Com o advento do capitalismo há uma maior explicitação da questão social, mormente através dos movimentos embrionários da classe operária influenciada pelos imigrantes europeus que, com a memória latente de suas experiências nas contradições de classes européias, apreendidas como um conjunto de expressões de desigualdades sociais na constituição da sociedade capitalista, transpõe em sua prática de resistência ao cenário brasileiro.

A análise de suas práticas reivindicatórias e de sua tomada de consciência de gênero e de classe com vistas à produção e reprodução do sistema, no plano individual e coletivo, o fornece dados que implicam na possibilidade de revisão das situações de dominação e subordinação existentes na consciência cultural de seu grupo social e de gênero no Brasil.

O nome Nísia Floresta, indicado por Goldemberg e Toscano (1992) é um dos primeiros a se revelar no Brasil como força defensora da busca de igualdade pelas mulheres. Outro nome citado é o de Bertha Lutz, que segundo as autoras, criou em 1919 a Liga pela Emancipação Feminina. Em 1922 têm-se vários acontecimentos no Brasil, como: “*A criação do Partido Comunista Brasileiro (1922), a Semana da Arte Moderna (1922), o Tenentismo (1922) e a Coluna Prestes (1924-1927)...*”, que vieram polemizar as estruturas da sociedade, provocando uma grande discussão sobre seus rumos. Bertha Lutz aproveitou esse clima da sociedade para mudar o nome da Liga pela Emancipação Feminina por Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Além da mudança de nome, também houve uma sacudida nas pretensões da Liga, conseguindo então o apoio de vários políticos e homens públicos como jornalistas e senadores. Era, então, visível a crescente participação da mulher na sociedade, porém ainda não o satisfatório o suficiente para conseguir o direito ao voto. Somente na década de 30, o direito ao voto feminino foi alcançado. A luta pelo direito ao voto balizou a primeira mobilização feminista no país embora, paralelamente, fossem estabelecidas medidas trabalhistas que coibiram os movimentos sociais autônomos. As mulheres que lutaram pelo sufrágio não questionaram a maternidade enquanto destino inevitável ou as tarefas tradicionais femininas. Aceitavam as tarefas de criação e educação dos filhos e a dedicação aos afazeres domésticos.

A constituição republicana brasileira de 1891 pode-se dizer já assegurava o voto para as mulheres, se não houvesse interpretação equivocada do artigo 171 da Constituição que prescrevia : “*São eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos*”.O termo ‘cidadãos’, segundo a interpretação da época, referia-se aos homens, ao sexo masculino, e não aos cidadãos na forma

genérica. A mulher só conseguiu efetivamente o direito ao voto em 1932, sendo que em seguida surge a Legislação Trabalhista de proteção ao trabalho feminino.

Como resultado dessas grandes conquistas, e de todos esses movimentos, surgiram várias associações, clubes, ligas e organizações em favor dos direitos femininos. No início dos anos 70 surge uma nova retomada do movimento feminista pelas mãos de Romy Medeiros da Fonseca, que foi chamado de Conselho Nacional de Mulheres do Brasil. Esse movimento torna as questões do movimento mais abrangentes, conquistando vitórias como: “O princípio da igualdade entre marido e mulher no casamento e a introdução do divórcio na Legislação brasileira”.

Não há dúvida que as décadas de 60 e 70 deram visibilidade à questão feminina e aos questionamentos da noção de gênero. As manifestações políticas impulsionadas pelos movimentos culturais, estudantis e operários, trouxeram ao debate temas como o papel das mulheres como educadoras e difusoras de padrões sócio-culturais e a existência de estereótipos sexuais.

A partir de 68, a compreensão sobre as questões de gênero começou a suscitar debates e a impulsionar um movimento organizado com atividades políticas diretas visando igualdade de direitos civis. Com isto, foi necessária a formulação de novas teorias, criadas por mulheres e para as mulheres, que passaram a demandar suas próprias questões.

Assim, são três os momentos distintos que assinalaram a instauração da noção de gênero, e esses momentos são conhecidos como as três ondas ou três gerações feministas: A primeira geração, caracterizou-se pelo igualitarismo entre homens e mulheres, a segunda, ou pós-68, pela diferença radical entre identidades femininas e masculinas, baseada nas diferenças psicológicas, realizações simbólicas produzindo uma contra ideologia, fundada na oposição antagônica entre os sexos e uma prática feminista separatista e sexista. E, finalmente, a terceira geração, que se apóia na multiplicidade das diferenças, ou melhor, na diferença entre sexos / gêneros.

Durante a Ditadura Militar as mulheres organizaram-se, independentemente de partidos políticos, idade e classe social, para formar uma militância contra o regime militar. Em 1975 a ONU organizou o “Ano Internacional da Mulher”, e a partir daí a questão da mulher deixou de ser tabu nacional. A questão da mulher passou inclusive a ser tema de discussão nas universidades e no meio dos profissionais liberais. No mesmo ano, aconteceu o Congresso Internacional da Mulher no México e simultaneamente no Brasil, sendo que este mandou ao México Berta Lutz como sua representante. No Brasil o movimento organizou a Semana de Pesquisa Sobre o Papel e Comportamento da Mulher Brasileira. Como resultado desse movimento criou-se, em setembro de 1975, o CMB (Centro da Mulher Brasileira), um órgão institucionalizado responsável por intermediar e articular os objetivos feministas em forma de ação coletiva. Muitas mulheres haviam sido exiladas no exterior e voltavam com grandes contribuições para o CMB. O Centro da Mulher Brasileira propôs ser um centro de estudos e realmente promoveu grandes seminários e grandes discussões e pesquisas sobre a condição da mulher. Daí surgiram várias publicações em jornais e revistas além da produção de livros.

Segundo Correa (2001), o movimento feminista no Brasil contemporâneo teve sua maior expressão na década de 70 e esteve intimamente ligado com outros movimentos sociais da época, que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida, até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (era uma lei antiga, mas não cumprida).

O Movimento Feminista pela Anistia foi criado no final do ano de 1975. Esse movimento tinha como proposta denunciar as repressões que o governo militar havia imposto aos cidadãos brasileiros. Grande parte do grupo da militância era composta por mulheres que viram seus maridos serem torturados e assassinados pelo governo militar. Esse movimento independente de partidos políticos e outras ideologias foi muito apreciado pela sociedade, dando espaço à simpatia de vários grupos políticos. O movimento liderado por Terezinha Zerbini espalhou-se pelo Brasil, dando legitimidade ao Movimento Feminista pela Anistia, com tamanho sucesso e um grande número de novos adeptos. Em

1980 mudou-se o nome do movimento para Anistia e Liberdades Democráticas, um movimento marcado pelo vigor nacionalista.

Segundo Moraes (2001) o processo de redemocratização fortaleceu e promoveu algumas vitórias sensíveis a respeito aos direitos das mulheres. O movimento feminista aparece com a luta pelas liberdades democráticas e o contato direto entre militantes e movimentos populares começaram a transformar radicalmente o cenário e as práticas políticas.

Segundo, Goldemberg e Toscano, em 1977 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a situação da mulher no mercado de trabalho e demais atividades. Essa Comissão trouxe à tona fatos que eram de conhecimento apenas de pequenos grupos.

A partir dos anos 80, foram grandes as conquistas do Movimento Feminista, como consequência de todos os anos de luta. Em 1980 foi criado o programa TV Mulher em uma rede nacional de televisão importante. Segundo as autoras, esse programa era um canal direto das feministas, pois eram discutidas questões como decoração e cozinha. Em seguida surgiu a necessidade de se falar sobre o corpo, sobre a sexualidade e a liberdade. Segundo o relato de Toscano e Goldemberg as expectadoras repassavam à apresentadora do programa de TV, Marta Suplicy, muitas dúvidas a respeito da liberdade sexual e muitas curiosidades sobre o próprio corpo. Era perceptível na mulher a necessidade de uma libertação da sexualidade.

Um fato muito marcante para as feministas foi o assassinato de Ângela Diniz, em 1976, por Doca Street, que em 1979 foi absolvido. A indignação das feministas trouxe o movimento que criou o SOS Mulher. A partir daí houve uma proteção maior para as mulheres, inclusive para as que trabalhavam e sofriam explorações e chantagens sexuais por parte dos patrões.

Nas universidades a questão feminina se tornou objeto de estudo. Tamanha foi a importância do assunto que a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) reservou um espaço anual para reuniões sobre o assunto a partir de 1979. Em 1981 foi ratificada pelo governo brasileiro a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação Contra a Mulher, firmada pela ONU em 1967. Ficou acertado, nesta convenção entre os países signatários, o compromisso de eliminar todas as restrições contra a mulher trabalhadora. Algumas empresas e órgãos passam a aceitar a mulher como parte integrante do quadro de funcionários. São exemplos dessas empresas e órgãos a polícia civil e militar, a Academia Brasileira de Letras e a Petrobrás.

Abreu (2002) acredita que a luta em relação ao exercício do controle social pelas classes subalternas na mediação política de assistência social integra o movimento mais amplo das lutas sociais intensificado nos anos 80 na sociedade brasileira na busca da democratização das relações entre Estado / Sociedade e melhoria nas condições de vida para grandes contingentes da população do país. Essa luta tem-se defrontado, na atualidade, com grandes tensões e desafios. A articulação dos grupos e idéias feministas começa a se expandir pelo país, sobretudo depois do processo de Anistia ocorrido em 1979, em que várias mulheres exiladas puderam retornar ao país com visões inovadoras, baseadas na cultura européia, constituindo os primeiros grupos de reflexão, que se basearam na compreensão do objeto mulher e na ebulição do debate público suscitado pelas mobilizações de mulheres nas democracias ocidentais, que encontravam novo espaço nos órgãos de imprensa de oposição ao regime, conhecido com imprensa alternativa ou imprensa nanica.

A partir de 80 com o fim do bipartidarismo, várias feministas se filiaram a partidos, fazendo com que uma nova divisão político ideológica se fizesse necessária: entre o que era o Movimento Feminino e o Movimento Feminista. O primeiro se caracterizava pela subordinação aos objetivos políticos e o segundo pela independência política e uma definição de várias propostas consideradas especificamente como feministas, tais como a autonomia sobre a sexualidade, a saúde reprodutiva e o corpo, ou ainda temas como o aborto e a violência.

Ainda os anos 80 se caracterizaram como uma década de crise para todos os setores políticos e econômicos no Brasil, inclusive para o Movimento Feminista. É clara a desmobilização política e a retração de todos os grupos sociais organizados, apesar das mobilizações pela Constituinte e pelas eleições

diretas. Como podemos ver, o Movimento Feminista não escapa da reestruturação a qual todo o contexto social está submetido no país. Nesse momento histórico o Movimento Feminista fica difuso e não se concentra em um único grupo. Com a democratização as mulheres passam a trabalhar em vários grupos não governamentais, e não há mais uma unificação da causa feminista. Com essa dissolução das organizações feministas foram criados os fóruns, dentre eles um dos mais importantes o Fórum Feminista do Rio de Janeiro, que passaram a se reunir regularmente a partir de 1985. Também se torna primordial entre os discursos políticos uma definição da situação da mulher. Em 1983 através de decretos oficiais criou-se o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo e em 1985 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Foi nesse ano também que, as mulheres de vários partidos uniram-se e de mãos dadas ocuparam 26 cadeiras como deputadas constituintes, dando uma representatividade maior e mais significativa aos direitos da mulher.

Segundo Goldemberg e Toscano (1992) diante de tamanha luta por reconhecimento político-profissional e pela conquista do direito ao voto era inevitável o surgimento do questionamento, entre as mulheres e, por consequência, entre os homens, a respeito da liberdade sexual. São desses sonhos e objetivos que vivem também os partidos políticos e os movimentos sociais, dentre os quais encontra-se o movimento feminista. Realiza-se hoje o sonho de várias décadas e, tendo passado o momento prazeroso da conquista, outro sonho se faz presente no momento seguinte, outro objetivo torna-se impaciente e o promove ao dia seguinte. Assim o Movimento Feminista se lançou em busca da livre sexualidade e da liberdade sexual. O Movimento Feminista, talvez por seu romantismo e autoconfiança no momento das grandes realizações, tenha dado a impressão de menor seriedade. O que desabona o Movimento Feminista, ou o que o torna menos convicto e legítimo em seus objetivos, é uma má interpretação do que ele foi. Algumas mulheres se dizem feministas para conseguirem uma legitimidade das suas atitudes, que tendem a uma tentativa de superação de gênero.

No sentido histórico e social, é necessário fazer um levantamento das aspirações das mulheres quanto ao desenvolvimento local de futuras ações coordenadas entre si e os poderes públicos e/ou organizações governamentais, que abranja uma lógica entre os aspectos principais das relações sociais de gênero, suas flutuações e movimentos contraditórios, de lutas e resistências, que vem despontando como mais força, desde a década de 90, tanto no exercício de construção de uma realidade mais democrática como de criação de novas configurações de luta e concepções políticas. A perspectiva histórica e material permite refletir sobre a construção dos códigos vigentes, como valores mediados e instituídos nas práticas sociais.

O exercício da cidadania ativa das mulheres é uma necessidade para a democracia, como sujeitos envolvidos que constroem a sua História, participam na formulação de políticas públicas e no próprio processo de gestão comunitária.

. A tentativa das mulheres de encontrar o seu espaço sugeriu muitas vezes que se ocupasse o lugar do masculino ou se abandonasse a feminilidade. A conscientização se dá hoje no sentido de que as mulheres percebam que para ocupar o seu espaço não é necessário deixar de ser feminina, e vejam a possibilidade de transformar o espaço que era masculino em um espaço que abrace ambos os gêneros. Muitas coisas foram conquistadas e a ideologia feminista se transformou. O fato é que vinte anos depois não é possível dizer que somente as mulheres se transformaram e cresceram, ou não, com todas essas conquistas. É preciso admitir as grandes modificações pelas quais os homens passaram com os embates feministas. O nome “feminismo” sugere uma ideologia singular, mas em realidade o movimento possui vários subgrupos. De acordo com os precedentes históricos, com a situação legal das mulheres em alguns países, e com outros fatores, a ideologia feminista foi direcionada para diferentes objetivos. Como resultado, existem muitos tipos de feminismo.

Há um tipo de feminismo chamado de feminismo radical que considera a concepção patriarcal da sociedade como causa de seus mais sérios problemas. Essa forma de feminismo foi popular na chamada *segunda onda*, mas hoje não

tem muita força. Pelo radicalismo e força aparente desse tipo de feminismo, muitos ainda associam o termo “feminismo” somente às idéias do feminismo radical. Alguns acreditam que é inútil buscar uma generalização universal do conceito de *mulher* (que é parte do feminismo radical), e que as mulheres de outros países jamais chegaram a experimentar a mulher que experimentam aquelas dos países ocidentais. A crítica diz que as mulheres de países de outras partes do mundo encaram a opressão não como causa da discriminação de gênero, e sim como discriminação social e econômica.

Algumas feministas radicais clamam pelo separatismo completo entre homem e mulher, na sociedade e na cultura. Outros ainda questionam o conceito real de homem e mulher. Dizem alguns que os papéis atribuídos aos gêneros, a identidade dos gêneros e a sexualidade são apenas padrões sociais. Para essas feministas, o feminismo é a libertação não só da mulher, como também do homem; a libertação da humanidade em geral.

Um movimento que tem suas origens no feminismo radical é o feminismo desconstrutivista, que acredita ser o sexo (tanto no sentido biológico quanto social) uma construção social que deve ser rejeitada enquanto unidade de classificação. Para esse tipo de feminismo, o paradigma de dois sexos deve ser substituído por outro, que considere diversas *sexualidades*.

Outros grupos feministas acreditam que existem outros problemas sociais separados ou anteriores ao patriarcalismo (como o racismo ou a disparidade econômica). Vêem o feminismo como um movimento de liberação que se relaciona com muitos outros.

Embora muitos líderes do feminismo tenham sido somente mulheres, nem todos os feministas são mulheres e nem todas as mulheres são feministas. Há muita discussão sobre a participação de homens no movimento feminista. Alguns feministas dizem que os homens devem tomar partido nos movimentos, e mesmo na liderança dos mesmos — pois a tendência socialmente construída do homem em agir agressivamente em busca de poder ajudaria o movimento. Isso faria do feminismo um movimento controlado por homens, o que discorda do ideal de representação da mulher no poder.

Na maioria das vezes são aceitas e buscadas as colaborações de homens para o movimento feminista. Esses homens podem ser descritos como “pró-feministas”, uma vez que parece inadequado, para certas feministas, descrevê-los também como “feministas”.

A maioria dos grupos feministas adota uma visão holística quanto à política — o que concordaria com a frase de Martin Luther King, “*Uma injustiça em algum lugar é uma injustiça em todo lugar*”. Seguindo a linha dessa frase, alguns feministas costumam apoiar outros movimentos como o movimento dos direitos cívicos e o movimento dos direitos homossexuais. Muitas feministas negras participam também do movimento negro, e criticam o feminismo por ser ele dominado por mulheres brancas; argumentam que os problemas enfrentados pela mulher negra são ainda piores em razão do preconceito racial somado ao preconceito de gênero. Essa idéia é a chave do feminismo pós-colonial. Muitas mulheres negras dos EUA preferem o termo *womanism* (algo como *mulherismo*) em detrimento do tradicional *feminism*.

Entretanto, feministas são geralmente precavidos a respeito do movimento transexual, porque questionam a tradicional distinção entre homem e mulher. Mulheres transexuais são quase sempre excluídas de reuniões fechadas a mulheres e eventos feministas, e são rejeitadas por algumas feministas que dizem que ninguém que nasceu homem poderá realmente entender a opressão que a mulher enfrenta. Por outro lado, mulheres transexuais argumentam que enfrentam discriminação semelhante, e inclusive lutam a respeito de direitos legais que não lhes são assegurados; e que a discriminação contra pessoas de gêneros diferentes não é nada mais do que outra face do heterossexismo e patriarcalismo.

Algumas feministas dizem que muito falta a ser conquistado nessas frentes, e as feministas do terceiro mundo muito provavelmente não tomariam essas conquistas por reais. À medida que a sociedade ocidental aceita os princípios feministas, exigências que antes pareciam absurdas se tornam convencionais e inquestionáveis: hoje em dia poucas pessoas questionariam o

direito ao voto ou à propriedade de terras para mulheres, direitos que pareciam insensatos há 100 anos.

Em alguns casos (notadamente em relação aos salários iguais pela mesma função), apesar dos avanços, o movimento feminista ainda precisa batalhar para alcançar os objetivos completos.

O movimento feminista contribuiu muito para uma considerável ampliação da área política ou do politizável, fazendo entrar na esfera do politicamente discutível ou contestável objetos e preocupações afastadas ou ignoradas pela tradição política, porque parecem pertencer as ordens do privado: mas não deve igualmente deixar-se levar a excluir, sob pretexto de elas pertencerem à lógica mais tradicional da política, as lutas a propósito de instâncias que, com sua ação negativa, e em grande parte invisível- porque elas estão ligadas às estruturas dos inconscientes masculino e feminino-, contribuem fortemente para a perpetuação das relações sociais de dominação entre os sexos (BOURDIEU, 1999, p.35).

As desigualdades entre os sexos são exercidas através dos privilégios que cada sexo desempenha na atribuição e distribuição dos mesmos. Existe uma hierarquia material e simbólica na família e na sociedade como um todo. São papéis que conotam uma carga ampla de significados que se naturalizam com o tempo. Deslocando as mulheres e colocando-as em lugares de submissão, de menos-valia e de sujeição.

A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode operar o homem. O sistema capitalista patriarcal baseado no familismo e no despotismo baseia-se na propriedade privada, na família e na herança. Os casamentos arranjados serviam como base para a manutenção da vida e da espécie na perpetuação das terras e das riquezas das famílias de classes abastadas, mas as famílias de classes inferiores que constituem a maioria esmagadora sempre foram utilizadas como mão-de-obra escrava tanto no espaço público quanto no privado. E a mulher era o signo da perpetuação, da exploração, da reprodução e da manutenção das heranças “arranjadas”.

Segundo Giuliani (1999) em “História das Mulheres no Brasil”, a modernização da sociedade brasileira tem atingido de maneiras diferentes os

diversos grupos sociais e produzindo várias formas e níveis de conflito. Em geral, os segmentos da população que conseguiram se organizar e se mobilizar, ganharam projeção política e espaços de interlocução com as instituições do Estado, diretamente ou com a ajuda de mediadores que reconhecem a legitimidade de suas reivindicações.

Giulani (1999) reflete que desde a colônia temos vozes femininas que preconizavam a abolição dos escravos, a instauração da República e a introdução do sufrágio universal. Unidas por um elo de solidariedade feminina, podemos vincular a inglesa Mary Wollstonecraft à francesa Flora Tristan e à brasileira Nísia Floresta.

A luta e mobilização das mulheres em todo o mundo, conjuntamente com as transformações sócias-políticas imensamente significativas, principalmente nos campos dos direitos sociais (como as liberdades individuais, autonomia sindical acompanhada de representação profissional e principalmente a implantação do ensino primário gratuito e obrigatório) possibilitaram à mulher ser sujeito da História, a ter acesso às decisões políticas, antes exclusivas aos homens.

Mas Yannoulas (2002), no “Dossiê Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho”, relata que o movimento de defesa dos direitos das mulheres tem uma longa tradição de reflexão sobre si, muito enriquecida nas últimas décadas pelos estudos de gênero desenvolvidos na academia, principalmente em Núcleos de Estudos da Mulher nas Universidades. No caso do movimento sindical, a reflexão sobre as relações de gênero é mais recente, porém muito bem estruturada a partir dos pioneiros estudos de Lobo (1991) na área universitária da sociologia do trabalho e, nos últimos tempos, notavelmente enriquecida e renovada pelos projetos e publicações do DIEESE em parceria com as centrais sindicais. Já no caso das parlamentares, as dificuldades para a reconstrução da agenda foram maiores, pois não existe uma tradição de reflexão sobre o seu próprio desenvolvimento, potencialidades e entraves, especialmente no que se refere à questão de gênero.

Há uma espécie de debate histórico dentro do feminismo, não só no Brasil, mas em toda América

Latina, relacionado ao que se fazer em relação ao Estado: se as feministas devem ou não qualquer forma de relação, direta ou indireta, com ele; se é possível promover algum tipo de mudança na situação real e estrutural da desigualdade entre homens e mulheres através dele; se elas entram no Estado ou permanecem fora dele, numa posição crítica, fazendo um monitoramento das políticas do Estado; se propõem instrumentos ou instituições específicas ligadas à condição da mulher ou procuram uma transversalidade nas políticas públicas (ALVAREZ, 2000, p.9).

Segundo Alvarez (2000) nos últimos cinco anos criou-se em todo país secretarias e conselhos, mas estes têm pouco dinheiro, pessoal qualificado ou poder dentro do Estado. O Estado continua a ser um mecanismo de controle social pela forma que ele ainda recoloca a posição dos sujeitos femininos e sua interlocução com os movimentos sociais de mulheres e com outros setores afins da sociedade.

Para ela, atualmente, apesar de todos os países terem planos nacionais de equidade de gênero, não possuem ainda um compromisso orçamentário de seu plano nacional consistente.

Em todos os países da América Latina e neste caso também no Brasil foram criadas leis contra a violência intrafamiliar, mas com limitações. Esses são os principais avanços.